



Humberto Lucena (D) recebe de Abreu o volumoso Orçamento da União para o próximo ano

Cortes atingem Cz\$ 624,7 bilhões

Os cortes nas despesas do Governo efetivamente introduzidos na proposta da Lei do Orçamento da União para 1989, enviada ontem ao Congresso Nacional, pelo presidente José Sarney, são de Cz\$ 624,7 bilhões, mais cerca de Cz\$ 120 bilhões de contrapartidas de financiamentos externos que estão passando por uma revisão.

“Se, entretanto, tivéssemos de atender aos pedidos de recursos dos ministérios, teríamos de acrescentar mais Cz\$ 3,5 trilhões ao Orçamento. Foi o que informou ontem o secretário de Orçamento e Finanças da Secretaria de Planejamento, José Ribas Neto, numa longa entrevista, juntamente com 30 técnicos da Seplan, coordenadores do projeto do orçamento.

Supressão

Ribas informou que, além da suspensão de financiamentos do Tesouro para programas extintos e transferidos para Estados e municípios, a proposta do Governo suprimiu parcial ou totalmente recursos orçamentários para diversos órgãos federais; entre os quais o Instituto Brasileiro do Café (IBC), a Superintendência do Desenvolvimento da Borracha (Sudevea), a Empresa Brasileira de Assistência Técnica e Extensão Rural (Embrater), a Comissão de Financiamento da Produção (CFP), o Centro Brasileiro de Apoio à Pequena e Média Empresa (Cebrae), o Centro de Desenvolvimento Técnico do Ministério da Educação, o Programa de Mobilização Energética do Ministério das Minas e Energia, o Departamento Nacional de Estradas de Rodagem (DNER), a Superintendência do Desenvolvimento da Região Sul

(Sudesul), o Programa de Desenvolvimento das Várzeas (Provárzeas) e a Empresa Brasileira de Transportes Urbanos (EBTU).

O ministério mais atingido foi o da Habitação, Urbanismo e Meio Ambiente (MHU), com 94% de cortes, e que ficou reduzido à Caixa Econômica (CEF) e à Secretaria do Meio Ambiente (Sema). O Ministério da Reforma Agrária terá de se contentar com 64% do seu orçamento original. O Ministério dos Transportes com 48%. O Ministério do Interior também sofreu cortes profundos em sua proposta original. As transferências do Tesouro para empresas estatais foram reduzidas de 1,75% para apenas 1,25%.

Projetos especiais

Além disso, projetos especiais de Governo como o Projeto Rondon, terá seu funcionamento, a nível federal, desativado e suas funções transferidas às universidades. O Governo está estudando também uma redução de US\$ 250 milhões do Acordo Internacional do Cacau para manutenção dos estoques internacionais de mercado; os chamados “buffer stocks”.

Os empréstimos externos e internos da administração direta passarão a ser controlados diretamente pelo Ministério da Fazenda, e os das empresas estatais pela Secretaria de Planejamento. O Governo não se envolve mais em empréstimos tomados por Estados e municípios.

Militares de fora

Apesar de toda essa lista de cortes, envolvendo centenas de programas e órgãos oficiais, o novo Orçamento da União para 1989 preservou, na sua integridade, algu-

mas áreas. Os militares e a Polícia Federal foram os mais beneficiados nesse contexto. A alegação da Seplan para isto deve-se ao fato de que “são despesas típicas de Governo Federal, intransferíveis para Estados e municípios”. Além disso, observou Ribas: “Os militares são muito mais organizados em termos de orçamento que os ministérios civis”.

Também foram preservados programas chamados “especiais”, classificação que envolve projetos ligados à questão da segurança ou do interesse nacional como o projeto do avião supersônico AMX desenvolvido com os italianos, ou o projeto dos submarinos atômicos. Curiosamente, o orçamento da Nuclebrás foi mantido inalterado, embora no mesmo momento em que isto era anunciado na Seplan, o general Bayma Denny, chefe do Gabinete Militar, informava no Palácio do Planalto que a empresa estava sendo extinta.

Os projetos ligados ao Conselho de Segurança Nacional (CSN), extinto pela Constituinte, deverão ser transferidos para outro órgão, apesar dos 148% a mais que ganha para 89. Dos ministérios civis os mais protegidos foram o da Irrigação, que teve um reforço orçamentário, e o da Educação, cujo orçamento está garantido por dispositivo constitucional. Também os programas ligados ao meio ambiente não sofreram cortes significativos. A merenda escolar e o programa do livro didático permanecem inalterados. A ferrovia Norte-Sul terá Cz\$ 14,8 bilhões em 1989, contra Cz\$ 20 bilhões este ano, e os programas de saúde e previdência social serão reforçados com recursos do Finsocial.